

A ARTICULAÇÃO ENTRE O TRABALHO E A EDUCAÇÃO DE UMA IMIGRANTE ÓRFÃ

Dra. Ana Maria Melo Negrão¹

Resumo: Esta inquietação sobre a trajetória de uma órfã imigrante espanhola, a Tata, motivou a pesquisa de meu doutorado na Faculdade de Educação da UNICAMP. Buscou reconstruir os fatores sociais, a favoreceram a trajetória da órfã, em Campinas, desde pequena, dedicada ao trabalho não remunerado em uma única casa de família, sem ser adotada, sem frequentar escola regular e como isso se refletia no imaginário social em uma cidade elitista, nas décadas de 20 a 90 do século XX. A fonte utilizada, além de poucos documentos, fotografias, foi a história oral, com relatos de três gerações cuidadas por ela, da mesma família, ou de amigas e pessoas que a conheceram, com informações a completar o que as fontes escritas silenciavam. As pessoas cederam sua voz, despertando lembranças, fatos e histórias de uma vida toda dedicada ao trabalho.

Palavras-chave: Orfandade. Imigração. Educação. Trabalho. História Oral.

Abstract: This concern about the trajectory of a Spanish immigrant orphan, Tata, motivated my doctoral research at the Faculty of Education at UNICAMP. It sought to reconstruct the social factors that favored the trajectory of the orphan, in Campinas, since she was little, dedicated to unpaid work in a single family home, without being adopted, without attending regular school and how this was reflected in the social imaginary in an elitist city, in the 20s to 90s of the 20th century. The source used, in addition to a few documents and photographs, was oral history, with reports from three generations cared for by her, from the same family, or from friends and people who knew her, with information to complete what the written sources silenced. People gave their voice, awakening memories, facts and stories of a lifetime dedicated to work.

Keywords: Orphanhood. Immigration. Education. Work. Oral History.

Este artigo ateu-se à história da trajetória de vida da imigrante espanhola órfã, Antónia Alarcon Marques, em casa de meus avós, tendo como pano de fundo a cidade de Campinas - SP, significativamente aristocrata, que preconizava a filantropia por meio de obras de benemerência como o Asilo de Órfãs ligado à Irmandade de Misericórdia, formada por senhores portadores de títulos de nobreza, fazendeiros, profissionais liberais, políticos e sacerdotes.

Um caminho foi trilhado. Buscou-se documentação existente nos livros de imigrantes, documentos pessoais, fotografias, mas a principal fonte de dados foi colhida nos

¹ Doutorado FE UNICAMP - anamarianegrao@me.com

depoimentos de Antónia Alarcon Marques – Tata, dos integrantes da família onde ela permaneceu por toda a vida.

Revisitar a infância da Tata, sua adolescência, a vida adulta e mesmo a velhice, para desenhar as lembranças dos tempos da Espanha, de seus familiares, de suas representações, sonhos e contradições significou um exercício de reviver flashes de vida, sob o olhar de um novo tempo, capaz de matizar as vivências do passado com as cores do presente.

Esse exercício de relatar fatos configurou-se, de um lado, em acordar um passado escondido, velado, adormecido por trás do esquecimento ou do não querer revelar, porém, por outro lado, em um processo de construção e reconstrução da própria história de Antónia, perpassando pelo estigma da orfandade e da articulação do processo educacional com o destino que lhe estava reservado na complexa teia de desafios sociais.

A pesquisadora Simson (1988, p. 21) ensina-nos a diferença conceitual entre depoimento e história de vida:

A diferença entre a história de vida e o depoimento está na forma específica de agir do pesquisador ao utilizar cada uma dessas técnicas, durante o diálogo com o informante. Ao colher um depoimento, o colóquio é dirigido diretamente pelo pesquisador; pode fazê-lo com maior ou menor sutileza, mas na verdade tem nas mãos o fio da meada e conduz a entrevista. [...] Voltando novamente às histórias de vida, embora o pesquisador subrepticamente dirija o colóquio, quem decide o que vai relatar é o narrador [...] Este é quem determina o que é relevante ou não narrar, ele é quem detém o fio condutor. Nada do que relata pode ser considerado supérfluo, pois tudo se encadeia para compor e explicar sua existência (SIMSON, 1988, p. 21).

Inquietações sobre o contexto sócio-moral-religioso e os estigmas da orfandade e da imigração de Antónia fizeram com que inúmeras questões aflorassem: 1) O que motivou a imigração da Espanha para o Brasil? Como foi sua história de vida enquanto criança, adolescente e adulta no novo país? 3) Que forma de articulação foi desenhada entre o trabalho, e educação e a inserção social? 4) Qual era o seu lugar na família com que viveu até o fim de seus dias? 5) Como entender a situação bastante inquietante de uma órfã de pai e mãe, imigrante, na casa de meus avós, a prestar, desde o início da adolescência, inúmeros serviços domésticos sem qualquer remuneração? Essa submissão seria um reflexo do sistema de dominação estrutural reproduzida na sociedade?

Importa explicitar que, embora o objeto deste artigo se refira à condição de uma emigrante órfã espanhola, ele atinge um patamar mais alto, na dimensão social de exploração e de dominação, por alçar-se a uma análise de estrutura social a respeito do todo e não o estudo

apenas do caso em pauta. Busca-se perceber um condicionamento, um hábito, conforme preceitua Bourdieu (1992), com mecanismos de dominação como se esse paradigma fosse natural.

Para Bourdieu (1992), a dominação configura-se como um sistema de estruturas que impõe aos dominadas restrições nas suas ações, atitudes, escolhas, possibilidades e formas de pensar. Para que haja a dominação é essencial que os oprimidos sejam submissos, sem perceber que o são. Portanto, este estudo vai além da história de vida da Tata para demonstrar o sistema de opressão vigente naquele contexto social com grande abrangência.

Todavia a história de vida da Antónia Alarcon Marques – a Tata - demonstra ser uma parte do todo, pois o trabalho não remunerado a ela oferecido a troco de teto e comida parece estar balizado no espírito de benemerência vigente na época.

Nascimento e infância na Espanha.

Nasceu Antónia Alarcon Marquez, a 27 de outubro de 1897, em Cuevas – Almaria, Espanha, filha caçula de Miguel Alarcon e Luiza Marquez. Essa região era muito pobre. Em 12 de setembro de 1909, a menina de onze anos, Antónia desembarcou no Porto de Santos, agarrada à sua avó e às duas primas, Luiza e Miquelina. O navio imenso, tendo saído do Porto de Andaluzia – Espanha, trazia os imigrantes.

Tudo era novo para as quatro mulheres, a avó e as três netas. Novo país, nova vida, novo idioma. O que teria motivado a vinda delas para o Brasil? Sonho de trabalho? Fuga do reinado de Afonso XIII? Teria a avó recebido alguma carta de chamamento de parentes ou de amigos já no Brasil? Apenas conseguimos descobrir que a avó trouxe uma neta de cada uma de suas filhas e Antónia contou que deixou para trás o pai, Miguel Alarcon e os cinco irmãos mais velhos. Desde pequenina, a caçulinha Antónia era órfã de mãe.

Foi tentada uma pesquisa nos documentos da biblioteca da Prefeitura de Santos. A partir de 1895, foi criado o Centro Espanhol na cidade de Santos, na avenida Ana Costa, para acolhimento aos imigrantes, reconhecido pelo governo da Espanha conforme asseverou a diretora da biblioteca da instituição, Ana Maria Torres Alvares. No entanto, nada foi encontrado em referência a Antónia Alarcon Marquez. Não havia registros, tampouco documentos estatísticos.

Antónia, quando chegara a Campinas, não portava Certidão de Nascimento e comemorava seu aniversário em duas datas: 27 de outubro ou 1º de novembro. O porquê dessa dúvida nunca foi desvendado. Ela própria nada informava sobre quem as recebeu

no Porto de Santos, contudo falava das primas mais velhas, a Luiza acolhida no Rio de Janeiro e a Miquelina, em São Paulo.

A socióloga Zélia Demartini muito contribuiu nesse sentido ao refletir sobre “os fluxos migratórios e a infância quase oculta”:

A documentação era voltada para a demanda de mão de obra em “idade produtiva”, isto é, com plena força para arcar com as atividades de trabalho (que no período geralmente exigiam a força física), portanto, a de jovens e adultos. Em consequência, as crianças e jovens mais novos, quando trabalhavam, não eram o foco (e, aqui, aventamos a hipótese, nem era bom que constassem) das estatísticas do mundo do trabalho que tinha como referência a população nacional e estrangeira. Afinal, nesse período já eram fortes as pressões no exterior e em vários setores da sociedade brasileira contra o trabalho de menores, especialmente nas atividades urbano-industriais [...] culminando com a aprovação do Código de Menores de 1927. Além disso, o trabalho era considerado uma forma de aprendizado e importante na formação de crianças e jovens, tanto por empresários, políticos e pais de família nacionais como estrangeiros. Haveria certa “naturalidade” neste fato (DEMARTINI, 2015, p.370).

Quando questionada por mim, já longeva, sobre a sua infância da Espanha, pouco falava:

— Em Cuevas, ia com meu pai no trabalho no campo, bem cedinho e sentia muito frio. Não lembro de minha mãe. Eu e meus irmãos tínhamos batatas quentes no bolso do casaco para esquentar as mãos duras. Ia na escola, sim, não sei quantas vezes por semana, mas ia, sim, a pé com um irmão, Andava muito no caminho de terra com a sacola nas costas, com caderno, livro, lápis e borracha. Fazia continhas com grãos de milho, escrevia, lia e aprendia cantos. Ficava cansada e com sono. De vez em quando eu dormia na mesinha. Tinha fruta na escola e eu brincava... Jantava sopa que meu pai fazia com pedacinhos de pão e dormia muito cedo.

Pela fala de Antônia, já com seus setenta anos, emerge a presença do pai no cotidiano, inclusive a estratégia de colocar batatas quentes nos bolsos para aliviar o frio do campo. Haveria vestuário adequado? Percebe-se a lacuna da presença materna, da comida feita por ela, do afago na hora de dormir a aquecer-lhe as mãos geladas.

Antônia, na velhice, por meio de um exercício de memória, acordou lembranças do tempo da infância na Espanha, com representações (CHARTIER, 1990) de trabalho, frio, estudos, família, pobreza e mesmo contradições como cansaço e brincadeiras, presença

do pai e ausência da mãe. Revisitou a infância, sob o olhar de um novo tempo, capaz de matizar as vivências do passado com nuances do presente.

Abriu o passado guardado, bem velado, adormecido no esquecimento ou do desejo inconsciente de não revelar fatos de vida, embora tenha ocorrido um processo de construção e reconstrução da própria história. Aventa-se a possibilidade de ter selecionado as memórias a relatar omitindo a mãe, pois fica a interrogação sobre a causa da morte da mãe, que a deixou órfã como a última filha do casal. Teria morrido no parto? A pesquisa em Memórias de Menina, preceitua que:

A possibilidade de evocar imagens significativas vivenciadas no passado e de relacioná-las com o que é vivenciado no tempo atual revela um processo de ressignificação das vivências, tanto das passadas como das presentes e futuras, ou seja, do que se viveu, do que se vive, do que se procura manter ou viver futuramente. (FERNANDES, R.S. 2002; 82),

Reativou a memória individual, porém parte de um todo, inserida em um contexto coletivo, pois ela não estava só. Havia outros sujeitos como o pai que cozinhava sopa, os irmãos no campo, o irmão que a acompanhava na escola, uma professora invisível presente no imaginário social pelas ações executadas: leitura, escrita, exercícios de matemática, cantos. A menção à escola com as dificuldades de acesso e o sono incontido ressaltaram o processo de escolarização cultivado pela família. Evidenciou que o trabalho no campo não excluía a instrução escolar.

O reconhecimento da importância do ambiente vivido, no que tange à memória coletiva, porém (HALBWACHS, 1990) considera a memória individual como essencial. Há, em todo ato de memória, um elemento específico que é a existência mesma da consciência individual capaz de se bastar. O grupo de referência coletiva de Antônia era a família espanhola da qual ela fazia parte a formar uma comunidade com experiências comuns em um contexto temporal e de espaço. Essas relações sociais familiares deram vida às imagens a se transmudarem em lembranças. Reflexões de Bosi alicerçam o relato de Antônia no que se atém à infância:

A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança. Sua forma pura seria a imagem presente nos sonhos e nos devaneios. Assim pensava Bergson, que se esforçou por dar à memória um estatuto espiritual diverso da percepção. Ora, é justamente a importância dessa distinção e tudo quanto ela comporta de ênfase na pureza da memória que vai ser relativizado pela teoria psicossocial de Maurice Halbwachs, o principal

estudioso entre memórias e história pública (BOSI, 1994, p.53).

Como Antônia, com treze anos, veio parar em Campinas, na casa de meus avós?

Uma indagação para a qual jamais tivemos resposta. Esse mistério nunca foi desvendado, pois a Tata, como era carinhosamente chamada, nunca mencionou ter estado em um Asilo de Órfãos de alguma Santa Casa nem qual fora o destino de sua avó no Brasil. Não sabemos onde Antônia e sua avó estiveram alojadas nesse interregno entre a chegada a Santos em 1909 e a vinda a Campinas, dois anos após. Suspeita-se que, ao ter a avó falecido, ela teria sido encaminhada ao Asilo de Órfãos anexo à Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

Provavelmente, meu avô, juiz de órfãos, que fazia os encaminhamentos das órfãs ao Asilo, encantado com o azul de seus olhos, pele muito clara e cabelos loiros, deve tê-la trazido da Santa Casa ao casarão da família para brincar e cuidar com as crianças, em torno de 1913.

Como ela chegara na primeira metade do século XX, provavelmente, estivessem introjetadas, nos códigos sociais e culturais da elitista Campinas, as teses eugenistas, que se rendiam a um padrão genético de que pessoas brancas advindas da Europa apresentassem melhores condições de saúde, de beleza e de articulação mais acessível a outra sociedade.

E, por se tratar de família tradicional de sesmeiros, de bom nível socioeconômico, o ideal seria trazer para o seio familiar alguém com excelente aparência para prestar serviços domésticos e conviver com os filhos do casal. Havia sem dúvida um preconceito subjacente a nortear quem deveria dividir o mesmo espaço com a família no domicílio de meus avós. Antônia atendia a todos esses anseios para o acolhimento no casarão, não somente pela cor da pele e dos olhos, como também pela polidez, pela escolarização no país de origem e cultivo da fé católica. O fato de ser órfã configurava-se como um requisito relevante para garantir a obediência, a submissão e a permanência por ganhar um teto e boa alimentação.

Importa tecer o perfil de meu avô como advogado, tendo exercido o Ministério Público, a Curadoria de Órfãos e a Procuradoria Judicial na Câmara Municipal. A par disso, trabalhara intensamente para a fundação da Diocese de Campinas, como secretário da Comissão organizadora, em 1905, para entrar em entendimentos com o Ministro do Brasil junto ao Vaticano em favor da criação do bispado, o que foi conseguido em 07 / 07 / 1908 por breve do Papa Pio X. Católico fervoroso, convicto e praticante, foi amigo dedicado

de D. João Néry, primeiro bispo de Campinas e integrante de inúmeras obras de benemerência.

No entanto, apesar desse reconhecido espírito filantrópico, bondoso e cheio de amor ao próximo, na terra campineira, propôs-se meu avô a amparar a órfã Antônia em sua casa, especificamente, como serviçal. É possível que, pelos códigos culturais e sociais daquele contexto social e religioso, a acolhida significasse um gesto de extrema generosidade por acolher e proteger a pobrezinha vulnerável. Afinal, encontrara uma casa que a receberia! Tarefa nada fácil é indagar se a filantropia visava amparar ou usufruir das condições de vulnerabilidade, de forma tão natural como preceitua Bourdieu (1992).

Por outro lado, na época, figurava o instituto jurídico da tutela, como um instituto de proteção para menores órfãos, em que o tutor será o representante legal do pupilo, até que este atinja a maioridade ou seja emancipado. É possível que tenha havido pelo meu avô uma oficialização de tutela, nos termos da lei. Contudo, o que desperta inquietação é o fato de não ter sido concretizado o cumprimento de lhe providenciar acesso à escolarização. Um tutor não descuidaria desse dever.

O que soava como inclusão poderia significar a exclusão de não vivenciar intensamente a adolescência com direito ao aconchego de uma família, à frequência a uma escola, a realização de sonhos, aos gestos de amor, de afeto, de carinho, de pertença a um núcleo familiar. Seria o seu destino apenas trabalhar, servir, obedecer, ter um cantinho para dormir e um prato de comida para se alimentar?

No entanto, a sua condição naquele lar não era de filha nem de adotada. Seria tutelada ou apenas serviçal a obedecer às ordens, a oferecer os seus braços, a sua força, o seu trabalho? Destinava-se à prática dos trabalhos domésticos, a cuidar das crianças de variadas idades. Dividia-se entre hora de brincar, de tomar banho, de almoçar, de prepará-los para a escola, de consertar o uniforme, de engraxar e lustrar os calçados, de cuidar das roupas, de arrumar a casa, de ajudar no que fosse preciso...

Sem acesso à escola e sem convívio social com colegas significava tratativa diversificada, a manter o *status quo* da condição de órfã imigrante dentro daquele microcosmos. Minha tia Maide tinha meses de vida, quando Antônia lá chegou. Qual seria a remuneração ao seu trabalho? Assunto jamais ventilado!

Abrigar e tutelar órfãs e imigrantes era uma boa estratégia para famílias de bem usufruírem do trabalho gratuito de crianças e adolescentes, prática bastante frequente na sociedade oligárquica campineira. Mantendo-as sob seu teto estariam preservadas dos perigos da rua, da mendicância, da prostituição...

Escola regular juntamente com as crianças da casa?

Bem no meio do terreno, alojava-se o casarão de meus avós, com duas escadas bilaterais de entrada, terraços e varanda, vasto salão de visitas com móveis nobres e paredes decoradas com florões, muitos cômodos, grandes dormitórios com portas de duas folhas com bandeiras de vídeo voltadas à sala grande, sala de jantar, um único banheiro espaçoso, ampla cozinha com fogão à lenha, cujas cinzas eram colocadas nos pés das hortênsias do jardim para garantir a coloração rosa. Ao lado da cozinha, em um cubículo sem luz direta ficavam a cama e o armário da Tata. No enorme quintal, frondosas jabuticabeiras, mangueiras, parreiras, horta e tanque para lavar roupa compunham o cenário.

A um quarteirão da casa, erguia-se a Escola Normal Carlos Gomes, onde as crianças estudavam. Todavia Antónia nunca frequentou o ensino regular. Era órfã, imigrante, serviçal, sem documentos tanto dela como de responsáveis. E meus avós, o que eram? Seus responsáveis, tutores ou “patrões”?

Pelos códigos sociais, uma empregada doméstica não precisaria estudar. Sob essa lógica, Antónia sofreu discriminação social por absoluta desigualdade com as crianças com as quais convivia. Fora-lhe negada a continuidade de seus estudos para desenvolver as potencialidades abafadas. Pela escolarização haurida em sua terra berço, lia com fluência, falava bem e escrevia com desenvoltura. Ficou esse hiato pelo fato de, naquele contexto social, serem considerados incompatíveis o serviço doméstico com a frequência escolar. Ademais, Tata não mantinha consigo documentos como certidão de nascimento ou passaporte. Ela nem tinha certeza da data de seu aniversário. Comemorava-o, de forma muito simples, em 30 de outubro e em 1º de novembro.

Com o passar dos anos, conseguiu um RG de nº 5.633.037 e, em 12.01.1971, aos 73 anos de idade, uma Carteira de Identidade para estrangeiro, RE de nº 749.695, foi-lhe emitida pelo DOPS. As discordâncias atinentes a dados pessoais continuaram, pois na Carteira de Identidade, constam como data natalícia, 27.10.1897; nacionalidade – Espanha; naturalidade, Santos, com data 12.9.1909.

Aos 73 anos de idade, um novo documento, a oficializar a data de nascimento em 27 de novembro de 1897. Consequentemente, as datas até então comemoradas perderam a referência. Também a naturalidade deixou de ser a cidade de Cuevas na Província de Almeria – Espanha para passar a ser a cidade de Santos-SP. Essas discordâncias denotam que os dados de Antónia como de outras crianças imigrantes ficaram dispersos, ocultados,

não sistematizados, sem fontes, embora a sua migração não tivesse sido individual e sim familiar (DEMARTINI, 2006).

Em 1914, meu avô falecera prematuramente e o status familiar comprometeu-se, uma vez que ele era o mantenedor. Tempos difíceis se instalaram e a matriarca teve que manter a casa e filhos com costuras, venda de doces caseiros, frutas e flores. Não havia previdência social. Tudo mudou. Parte do sustento vinha dos ovos das galinhas do quintal, das frutas, das hortaliças, do milho.

Antónia tornou-se mão de obra indispensável e insubstituível para os trabalhos domésticos. O tempo fluía e as crianças cresciam. Antónia, ainda jovem, com cerca de vinte e cinco anos, contava que, desde os quinze anos, seus cabelos alourados começaram a branquear. Minha avó, em engenhosa e premeditada estratégia, colocou Antónia para auxiliar a costureira, dona Vicentina, especializada em vestidos de noiva, o que lhe garantiria, sem dúvida, uma profissão apropriada à sua condição social sem escolaridade regular. E não foi diferente.

A partir de então, aceitou de forma submissa o comando, dividindo-se entre os serviços da casa e a costura. Sem salário, aprendeu a costurar com perfeição e fazia primorosamente nervuras, babadinhos, entremeios de rendas e preguinhas em vestidos infantis de variados tecidos, organza, poá, laise, fustão, cambraia, pijamas, roupas de festa. Suas mãos eram talentosas e perfeitas nos chuleiros, nas casas para botões, nas palas de casinha de abelha, nas bainhas, nas barras invisíveis das saias, no ponto paris, no ponto *ajour*... Eventualmente, ganhava alguns trocados de dona Vicentina. Passou a confeccionar as roupas das crianças e da minha avó, sem qualquer remuneração.

Quando à sociabilização, Antónia construiu laços de amizade com os pares advindos da mesma profissão manual dentro de padrões educacionais homogêneos, conforme Bourdieu (1992) pela implantação de hábitos e rotinas, visando uniformizar atitudes e comportamentos.

Tempo de se casar

Com a religiosidade advinda de contexto familiar espanhol, Antónia assistia às missas na Capela da Santa Casa de Misericórdia e participava das procissões da padroeira Nossa Senhora da Boa Morte, no dia 15 de agosto; rezava o terço diariamente e ia à reza durante o mês de maio na Catedral. Fazia-se acompanhar de uma de nós.

Veza ou outra, um rapaz fazia-lhe reverências na igreja, ao que ela correspondia timidamente. Conhecia-o da loja onde comprara aviamentos para as suas costuras. O flerte não teve prosseguimento pelo não acolhimento de minha avó.

Havia algum arrependimento por não haver formado a própria família com o filho do dono do Bazar de Rendas, com quem flertava? Por que minha avó a desestimulou: por não o considerar bom rapaz ou por não querer perder a auxiliar?

Presumivelmente, o espírito escravagista se mantivesse dormente na consciência ou na inconsciência de minha avó, na esteira da reprodução endógena pelos preceitos de Bourdieu (1992). Antónia não se rebelou contra a dominação que lhe foi inculcada. Acatou-a como se natural fosse. A submissão, naquela época, não lhe foi percebida. Caso a houvesse identificado, mesmo assim não se permitiria insurgir-se contra quem lhe abria a porta ao chegar a Campinas! Todavia, teve sonhos cortados! Poderia ter sido feliz! Ter tido filhos!

PETITAT (1994, p. 32) corrobora com a reflexão sobre a hegemonia e dominação, enfatizando que: “Em qualquer sociedade, o grupo dominante esforça-se por impor certas significações como legítimas, dissimulando as relações de força que são o fundamento de seu poder [...] e obtém um efeito de reprodução simbólica”.

A prima espanhola Miquelina, que viera no mesmo navio, casara-se e morava em São Paulo, com duas filhas. A outra prima espanhola, Luiza, manteve-se solteira e era funcionária pública no Rio de Janeiro. Ambas vinham a Campinas passar uns dias com a Tata a trazerem-lhe muita alegria. Minhas tias não revelaram à Tata o falecimento de Luiza e ela sempre questionava o porquê de nunca mais ter vindo a Campinas.

Essas separações de familiares em migrações foram bastante frequentes, acompanhadas de muito sofrimento. Os reencontros das três primas não supriam a tristeza da Tata.

Quarto da Tata

Quando eu nasci, a Tata tinha quarenta e três anos e já havia cuidado da geração de minha mãe e de seus irmãos. Ela, regularmente, ajudava na casa e continuava a tecer roupas para todos, de forma gratuita. Todavia, havia angariado freguesas encantadas com suas costuras que lhe rendiam bom dinheiro.

Uma de suas freguesas paulistanas mais perseverante era a senhora Maria, esposa do proprietário da famosa Loja Isnard, localizada na Avenida São João. Interessante a Maria Isnard vir buscá-la na porta de casa em seu luxuoso carro, semelhante a uma Limousine, dirigido pelo motorista da família! A Tata permanecia mais de dez dias em São Paulo a

costurar para aquele bando de filhos e confesso que ficava muito brava pelos dias em que ela ficava por lá. O ciúme me corroía e tinha ímpetos de telefonar para ela voltar logo. Não suportava ver seu quarto vazio! A Tata nos pertencia e sua ausência deixava um vácuo em tudo! Minha avó concordava com essas eventuais saídas pelo retorno financeiro.

O quarto da Tata na casa de minha avó ficava perto da cozinha, com um quadrado aberto na parede interna para entrar ar. A lâmpada deveria ser acesa a qualquer hora do dia. Era um cômodo pequeno, contendo uma cama, um armário, um espelho na parede, um criado-mudo, uma sapateira alta com tampo de mármore onde se dispunham imagens de santos de devoção. Na gaveta do criado mudo, havia caderninhos com anotações de orçamentos de costuras e uma caixinha de metal decorado onde guardava seu dinheiro, a refletir a conquistada autonomia. Nunca se soube se teve conta em banco ou na Caixa Econômica. O seu quartinho era disputado. Todos os netos queriam um lugar na sua cama, principalmente, aos domingos, quando passavam o dia na casa da avó. E ali ficávamos amontoados, a brincar e a brigar, a conversar e a falar de certas coisas que os outros não deveriam ouvir...

Eu era privilegiada, porque quase sempre, durante a semana, dormia primeiro na sua cama, encostada nela, a sentir o seu calor para depois caminhar sonada, amparada em seus braços, até o meu quarto. A minha ligação com a Tata foi permeada de desmedido amor e cumplicidade, a buscar seu colo, seu ombro nos momentos de preocupações, ansiedades e angústias, a confidenciar em seus ouvidos os segredos, os desejos, as dúvidas juvenis que somente a ela contava.

Por tantas décadas na casa de minha avó, nunca fora decifrado o papel que ela exercia. No casarão, não se sentava à mesa de refeição com a família, em dias comuns ou em dias de festa. Não raramente, por ocasião de Natal, Ano Novo ou de outras datas, Tata não se juntava aos demais e chorava baixinho em seu quarto. Não havia lugar para ela na mesa grande. Escutava todo o vozerio e ninguém tinha a sensibilidade de chamá-la. Nem se cogitava isso! Se tutelada fosse, sua cadeira estaria lá ao redor da mesa.

As milagrosas gotas de Belacodid, acreditando ter efeito de calmante, amainavam a angústia e a Tata retomava o ritmo regular da vida, na família que escolhera como sua. Apesar dessa condição de ela não se sentar à mesa, talvez em razão de ter chegado ainda menina como subalterna, todos a amavam e talvez nunca tenham considerado essas atitudes como comportamento de segregação. E por que chorava? Não se sentia integrante da família em cuja casa vivia? Teria aflorado a saudade de sua parentela?

Possivelmente, traumas não superados! Sentimentos de humilhação por não integrar a refeição conjunta? Recordações da mesa rodeada pela sua família em Cuevas, que vêm à tona nesses momentos de reuniões familiares? E a cena se repetia ano após ano (BOURDIEU, 1992).

Novo contexto

Com a derrubada do casarão da rua General Osório, depois da morte de minha avó e de meu pai, minhas tias, Maide, Zorah e Tata mudaram-se para o Edifício Veneza, na avenida Júlio de Mesquita. Tata ganhou um quarto maior onde acomodava a sua máquina de costura e, além de sua cama, albergava um berço para acolher as crianças da terceira geração, em especial, os privilegiados meus filhos. Ela os amava como se avó fosse!

A Tata passou a sentar-se na mesa de refeição em condição de absoluta igualdade, resgastado ou reconhecido o direito de ser parte da família e conviver como tal. Os laços referentes à dimensão de irmandade, mesmo não biológica mas afetiva, pelo tempo em que partilharam a mesma casa com enfrentamentos comuns, acordaram da letargia em que estavam enclausurados. Maide, Zorah e Iza irmanaram-se com ela, desconstruíram aquela rançosa disparidade social do condicionamento de Antónia empregada para Antónia irmã. Maide, Zorah, Iza e Tata – irmãs ligadas pela vida. Desconstruíram a dominação mediante a violência simbólica segundo Bourdieu (1992),

Quando se mudaram para o Edifício Imperador, a Tata também teve seu quarto individual no corpo do apartamento com a máquina de costura, sua companheira inseparável. E ali ficava horas a tecer as peças de roupas. À noitinha, punha-se na sala para assistir aos programas na televisão, ao lado de Maide, Zorah e Iza. Parentalidade socioafetiva.

Um AVC – acidente vascular cerebral, exigiu-lhe a internação no Hospital Irmãos Penteados, onde foi bem cuidada, porém sem se libertar da sonda para alimentação que, por vezes, tentava arrancar. De volta ao apartamento, Tata ficava na sala acomodada em uma cadeira de rodas, a olhar longe, longe. Não mais falava, não mais sorria, não mais chorava, apenas via um dia dobrar-se sobre o outro. Na estrada da vida, com ponto de partida na Espanha, a caminhada de mais de oito décadas estava atingindo o ponto final, em Campinas. O coração grande estava cansado e, pouco a pouco, diminuiu o ritmo até parar totalmente e silenciar. Os olhos azuis fecharam-se para sempre. A máquina de costura emudeceu. O seu rádio de cabeceira Philco calou-se. O par de chinelos número 33, deixado no canto do quarto, ninguém mais o usaria.

Reflexões ainda abertas

Iniciei esse texto buscando resposta sobre como a Tata chegou à casa de meus avós, o lugar que ocupou na família com que viveu até o fim de seus dias, a prestar serviços domésticos sem remuneração. Não foi encontrado nenhum Termo de Tutela. Tentei seguir esse fio condutor, mas desviei-me em algumas digressões a misturar fatos com sentimentos, em especial, na virada de condição econômica de minha avó ao enfrentar a viuvez e ter que manter a casa.

Para viabilizar a análise das situações levantadas, foi imperativo contextualizar cada época dos fatos narrados.

A Tata, marcada pelo estigma da orfandade e da imigração, protagonizou esses contextos, sem perceber a submissão como reflexo de dominação estrutural reproduzida na sociedade. Não apenas ela deixou de perceber isso, mas toda a constelação familiar mostrou-se alheia a um comportamento inadequado. Ninguém percebeu que a Tata clamava por integrar a família na mesa de refeição. Pierre Bourdieu foi imprescindível para alicerçar as análises.

Ela estava incluída no contexto familiar! O seu quarto não ficava no porão onde dormiam as demais agregadas. E o seu quarto era o mais disputado.

Talvez, para todos, fosse absolutamente adequado acolher e proteger uma órfã ajudando nos serviços da casa a troco de alimentação e teto para garantir-lhe a subsistência. Naquele tempo não existia o Direito do Trabalho especializado para regular as relações laborais. Respirava-se o espírito escravagista e o olho azul da Tata e sua pele clara e cabelos loiros eram motivo de encantamento. O respeito aos direitos humanos e aos direitos trabalhistas foi lento! Ninguém pensava nisso. Mas a Tata estava lá a cuidar de tudo e a guardar o seu dinheiro na caixinha. Trabalhou. Nunca teve Carteira de Trabalho. Nunca se aposentou. A análise dos dados envolveu a Educação, a Sociologia, a História, o Direito do Trabalho, o Direito Civil, o Direito da Criança e do Adolescente, os Direitos Humanos, a Psicologia a alinhar diversos ramos de conhecimentos que se interligam.

A reflexão mantém-se aberta, pois a derrubada do casarão debelou condicionamentos e a Tata sentou-se à mesa de refeição. E irmanou-se às meninas-irmãs com quem sempre convivera. Em que momento definiu-se essa posição de integração na família? Quantas vezes emprestou dinheiro às meninas-irmãs! São tantos porquês a serem respondidos, em uma mescla de reações, sentimentos, emoções, traumas, quebra de padrões.

Nessas oito décadas, com muitos contextos sociais, quantas situações vividas e desmistificadas! Seria caridade receber a Tata ou uma filantropia utilitarista, um

investimento como se fosse uma poupança, como preceitua Águeda Uhle? Em um momento, sim, mas, em outro, não. Houve inversão de situações! Não era mais a Tata a precisar de proteção, porém seria ela a proteger as meninas – irmãs na velhice! Ou uma a retroalimentar a outra! Quantas representações!

Enfim, que lugar a Tata ocupou na família em que viveu por toda a vida? Tutelada? Serviçal? Agregada? Filha socioafetiva? Ocupou todos os papéis? Ou nenhum? Ou algum? Ou outro?

Foram três gerações de crianças que muito amou. Para cada uma delas fez-se mãe um dia! Ou por muitos dias! Foram décadas a distribuir carinho, bondade, amor, ternura, dedicação, calor... Vivenciou desde então a condição de orfandade não apenas materna, mas também paterna, e depois materna novamente, com a morte de minha avó.

A Tata perdeu-se a si mesma quando se sentiu excluída para depois encontrar-se a si mesma na inclusão. Essa busca de autoconhecimento foi uma busca de uma vida inteira, tarefa silenciosa, árdua e corajosa.

Buscamos trazer luz à reconstrução da história de vida da Tata e muitas cenas ainda se escondem por trás de seus olhos azuis ainda a merecer revelações. Sempre há o que encontrar subjacente aos silêncios que resistem mudos.



Figura 1 - Tata aos 78 anos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Leopoldo (Org). A cidade de Campinas em 1901. Campinas: Livro Azul, 1900.
- ARROYO, Miguel G. et alii. Trabalho Infância. Exercícios Tensos de Ser Criança. Haverá Espaço na Agenda Pedagógica? Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- ÀS ORPHÃS, Campinas, [S.l.: s.n.], 1890.
- BERTAUX-WIAME, Isabelle et alii. A propósito das biografias: olhares cruzados sobre questionários e entrevistas. [S.l.], s/d.
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade- lembrança de velhos. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BOURDIEU. P. A economia das trocas simbólicas. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. (Estudos).
- _____. O poder simbólico: memória e sociedade. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean C. A Reprodução. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena R. Multidões em cena propaganda política no varguismo e peronismo. Campinas: Papyrus, 1988.
- CHARTIER, R.A. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CORAZZA, Sandra Mara. História da infância sem fim. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2000.
- DERMATINI, Zeila de B. F. Crianças como agentes do processo de alfabetização no final do século XIX e início do XX. In: Monarcha, Carlos (org). Educação da infância brasileira: 1875-1983. Campinas: Autores associados, 2001. p.121-156.
- _____. Relatos orais: nova leitura de velhas questões educacionais. Revista Portuguesa de Educação, Portugal, v.8, n.1, p.5-20, 1995.
- _____. Resgatando imagens, colocando novas dúvidas: reflexões sobre o uso de fotos na pesquisa em história da educação. Cadernos CERU, S P, Série 2, n. 8, 1997.
- _____. Infância e imigração: questões para a pesquisa. In: FREITAS, M. C. (org). Desigualdade social e diversidade cultural na Infância e na juventude. São Paulo: Cortez, 2006
- DOLTO, Françoise; HAMAD, Nazir. Destinos de crianças: *adoção, famílias, trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- FERNANDES, Renata Sieiro. Memórias de menina. Cadernos CEDES, Campinas, n.56, p. 81-100, 2002.
- FREINET, Celestin. Educação para o trabalho. Lisboa: Presença, 1974. v2.
- FREITAS, M Cezar de (org). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez. 1997.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 20^a. ed.,1999.
- HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- KULHMANN Jr, Moisés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LAPA, José Roberto do Amaral. Os cantos e os antros. São Paulo: EDUSP, 1995.
- NEGRÃO, Ana Maria Melo. Infância, Educação e Direitos Sociais: Asilo de Órfãs (1870 – 1960). Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2004.
- PETITAT, André. Produção da escola: produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro:
- PRIORE, Mary del (Org.). História das crianças do Brasil. São Paulo: Contexto, 999.
- SIMSON, Olga R. de Moraes von (Org.). Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. (Org). Os desafios contemporâneos da história oral. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1997.
- UHLE, A. B. A filantropia e a educação. Educação e Sociedade. N.42, p. 174-9. Agosto, 1992